

RELATÓRIO DA IV CÚPULA CONTINENTAL DOS POVOS INDÍGENAS DE ABYA LAYA

PUNO, PERU - 27 a 31 de maio de 2009

Mariana Almeida e Mariana Tamari¹

Entre os dias 27 e 31 de maio de 2009, às margens do Lago Titicaca, na Universidad Nacional del Altiplano, sediada na cidade de Puno, Peru, aconteceu a *IV Cúpula Continental dos Povos Indígenas do Abya Yala*. A atividade, que debateu as problemáticas e perspectivas dos povos originários da América sob a perspectiva de construção de uma alternativa mais ampla para toda a humanidade, reuniu cerca de 6500 delegados e integrantes de organizações nativas de 22 países. A expectativa que tinha a CAOI (Cordinadora Andina de Organizações Indígenas), uma das principais entidades que organizaram a Cúpula, era de que viessem, dos diversos países que participaram do evento, cerca de 4000 pessoas. A organização do evento não pagou passagem para nenhum dos participantes, apenas para alguns poucos palestrantes.

A *I Cúpula de Mulheres Indígenas de Abya Yala*, que antecedeu o evento, também surpreendeu. Eram esperadas cerca de mil pessoas, provenientes de diversos países, indígenas de várias etnias, mas a participação superou o dobro das expectativas: pouco mais de 2 mil mulheres estiveram presentes e participaram da atividade que aconteceu nos dias 27 e 28 de maio, como prévia do que seria a Cúpula Continental de Povos Indígenas de 2009. (Veja [Anexo 1](#))

Além dessas atividades, houve também o *II Encontro Continental de Crianças e Jovens Originários de Abya Yala*, que aconteceu nos dias 28 e 29 de maio, do qual saiu a *Declaração Política de Puno, Peru*. (Veja [Anexo 2](#))

¹ Mariana Tamari é jornalista e Mariana Almeida é economista, ambas são integrantes do Coletivo Epidemia.

Abya Yala é o nome dado ao Continente Americano pela etnia Kuna, do Panamá e Colômbia, antes da chegada de Cristovão Colombo e dos europeus.

Aparentemente, o nome também foi adotado por outras etnias, como pelos antigos maias. Hoje, diferentes etnias indígenas insistem no seu uso para se referir ao continente americano, em vez de América. Abya Yala quer dizer Terra Madura, Terra Viva, Terra em Florescimento.

O uso desse nome é assumido como uma posição ideológica, argumentando que o nome América ou a expressão Novo Mundo é própria dos colonizadores europeus e não dos povos originários do continente.

Debates, temas, resoluções e resultados da IV Cúpula Continental dos Povos Indígenas do Abya Yala.

A IV Cúpula é fruto de um processo de articulação das três Cúpulas anteriores, que aconteceram em Teotihuacán, México (2000), Quito, Equador (2004) e Iximche, Guatemala (2007). A proporção que o evento tomou este ano é significativa não apenas para o movimento indígena do continente, mas também para o conjunto do movimento social a nível global.

Esse encontro representou um importante momento de transcendência para o movimento indígena, que avançou em sua articulação e propostas. Os povos originários de Abya Yala vem assumindo a liderança entre os movimentos sociais no continente, passando do processo de resistência para o debate sobre a apropriação e construção do poder, sendo os casos da Bolívia e Equador frequentemente citados como países que se somam a este processo. Os recentes conflitos na Amazônia peruana são também mostra do nível de organização dos indígenas dessas regiões, bem como do poder de influência, em especial no caso do Peru, desses povos sobre o poder local.

A proposta do movimento indígena, originário e campesino é de, frente à crise da civilização ocidental que vivemos hoje e que se agrava a cada dia, revalorizar suas raízes para construir um futuro diferente, pensando e construindo novas formas de funcionamento que sejam distintas dos modelos clássicos de Estado, mas que sem serem folclorizadas, sigam as filosofias do Bem Viver, da qual tanto tem que aprender o mundo ocidental. À crítica aos Estados Nação como estão conformados, como Estados monolíticos e uninacionais que não levam em consideração a diversidade, se contrapõe a

proposta política concreta dos Estados Plurinacionais (já adotados em parte pelos governos da Bolívia e Equador), um exemplo da seriedade do debate político do movimento.

A IV Cúpula de Povos e Nacionalidades da Abya Yala tinha como principais pontos de discussão, divididos e agregados em diversos grupos temáticos:

- Cosmovisão Indígena
- Plurinacionalidade
- Bem Viver
- Descolonialidade do poder e da subjetividade
- Territorialidade
- Direitos Indígenas
- Militarização e Criminalização
- Organização e Integração dos Povos Indígenas
- Crise e Integrações Regionais
- Educação e Políticas Públicas Interculturais
- Experiência de Organizações Políticas Indígenas
- Povos Indígenas e Cooperação Internacional
- Racismo
- Comunicação e Povos Indígenas
- Direitos e Problemas dos Povos Indígenas em Novos Contextos

Apesar de se tratar de uma Cúpula de povos indígenas e originários, as tratativas dos temas e o tom geral do evento foram voltados para a construção de uma alternativa de vida frente à civilização da morte, uma alternativa focada na sustentabilidade e na livre auto-determinação dos povos, a qual só pode existir a partir de uma articulação mais ampla, com outros movimentos sociais de todo o mundo e também com os setores urbanos. Tendo como base um discurso bastante politizado, os resultados das plenárias, em geral, pregavam a revisão de valores, de modelos de desenvolvimento e de padrões de consumo. Esse modelo revisto deve basear-se no respeito à Terra e à diversidade humana, nos Estados Plurinacionais e no Bem Viver.

Estado Plurinacional e Bem Viver

Os conceitos de Estados Plurinacionais e Bem Viver se baseiam, em especial, no equilíbrio entre a urgência de encontrar respostas para as crises econômica, política e ecológica que enfrenta o planeta e a necessidade de transformação a longo prazo de nossa civilização. São conceitos que levam em conta o processo histórico, em que os ensinamentos dos antepassados são essenciais para a construção do futuro, para a refundação do Estado que conhecemos hoje.

A articulação entre diferentes lutas e movimentos, a defesa da natureza e do território, a desmercantilização da vida e a defesa dos bens comuns, além da construção de outro modelo de sociedade baseado na diversidade humana e na livre auto-determinação são também fundamentais para os eixos de debate que o movimento indígena discutiu na Cúpula.

Tendo como base o fato de que os Estados monoculturais são estruturalmente excludentes, centralistas e racistas, voltados para o saqueio e a acumulação e concluindo que a diversidade existe e que os Estados devem reconhecê-las em suas constituições, o movimento indígena trabalha com a proposta dos Estados Plurinacionais. Dentro desta proposta não está a ideia de atomização dos países, mas sim o conceito de livre-auto-determinação dos povos, ou seja, o reconhecimento da existência de diferentes povos, seus direitos e sua autonomia para definir seu modelo de desenvolvimento, administrar sua justiça e ter suas próprias autoridades.

Ao mesmo tempo, os povos indígenas propõem o Bem Viver frente à proposta da sociedade ocidental de busca da “qualidade de vida”, mas que não leva em conta o conjunto dos estilos de vida baseados em níveis altíssimos de consumo, causador da ultra exploração dos recursos e que por sua vez conduz ao momento de grave crise ambiental que hoje vivemos todos. Ao contrário disso, a proposta do Bem Viver busca a utilização da natureza, mas sem lhe causar dano, exigindo o cese imediato da ultra exploração dos recursos naturais, a racionalização e redistribuição radical do consumo e a regulação de atividades que sejam altamente poluidoras, protegendo a natureza e a saúde. O objetivo é garantir o futuro da humanidade, sempre pensando nas gerações futuras. O Bem Viver trata-se também de uma série de conceitos políticos que tornem possível essa mudança de costumes. É necessária a harmonia e o respeito pelas diferenças entre povos, o aprofundamento da democracia para que seja efetivamente participativa, a governança sob o princípio de “mandar obedecendo”, a criação de leis e o

respeito efetivo dos direitos para evitar a completa destruição da natureza e o combate aos efeitos do aquecimento global.

Declaração de Mama Quta Titikaka (Lago Titicaca)

“Pregamos a construção de uma alternativa de vida frente à civilização da morte, para projetarmos o futuro, com nossos princípios e práticas de equilíbrio entre os homens, mulheres, a Mãe Terra, as espiritualidades, as culturas e os povos, o que denominamos Bem Viver”

Um dos mais importantes acordos que saíram da Cúpula foi a **Declaração de Mama Quta Titikaka** (Veja [Anexo 3](#)), que tinha como principal resolução mobilizar as organizações em defesa da luta dos povos indígenas da Amazônia peruana e organizar, na primeira semana de junho, plantões em frente às embaixadas do Peru em cada um dos países signatários. Claro que essas ações e mobilizações acabaram atropeladas pelos acontecimentos das últimas semanas, em que dezenas de pessoas foram mortas em meio à onda violenta de repressão do governo conservador do Peru. Desde o dia 09 de abril, protestos e paralisações de populações indígenas da região da Amazônia peruana tinham como objetivo barrar decretos do governo Alan Garcia, cujo objetivo é facilitar e baratear a exploração de recursos naturais na região. Foram essas paralisações as principais motivadoras das resoluções da *Declaração de Mama Quta Titikaka*, e eram exaltadas quando lembradas durante as assembleias e plenárias da IV Cúpula Continental.

Esses protestos, na realidade, se inserem em uma discussão muito mais ampla e que as populações originárias da região amazônica tomam como base do debate por alternativas. Os indígenas que se reuniram na Cúpula Continental eram, em sua grande maioria, contrários ao avanço dos projetos de infra-estrutura de diversos governos da América Latina, em especial à IIRSA (Iniciativa pela Integração da Infra-estrutura Regional Sul-americana). Isso porque enxergam nesses projetos o avanço de um modelo de desenvolvimento totalmente contrário às propostas de revisão de valores que estavam sendo discutidas como alternativas ao extermínio da humanidade (e não apenas ao desaparecimento das populações indígenas). Esse é o modelo de exploração levado a cabo pelas grandes empresas multinacionais, sejam elas estrangeiras (norte-americanas ou européias) ou mesmo brasileiras, como é o caso da Petrobrás, Vale ou as grandes

contrutoras (Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa etc.), cujos interesses são justamente o anti-exemplo daquilo que se entende como a cosmovisão indígena, baseada no bem viver, na desmercantilização da vida, da descolonialidade do poder e da subjetividade. Na IV Cúpula dos povos de Abya Yala ficou claro que as populações originárias da América estão dispostas a travar uma guerra sem precedentes em defesa da vida, que está ameaçada pelo modelo de desenvolvimento adotado por governos como o brasileiro, o colombiano e mesmo o peruano em conluio com as grandes empresas multinacionais.

IIRSA (Iniciativa pela Integração da Infra-estrutura Regional Sul-americana): Processo multisetorial que pretende desenvolver e integrar as áreas de transporte, energia e telecomunicações da América do Sul, em dez anos, cujo plano de ação inicial foi elaborado pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). Neste plano, elaborado em 2000, o banco aponta os problemas que inibem o comércio intra-regional e as alternativas para melhorar o fluxo de mercadorias; a situação da infra-estrutura e seus principais entraves, ou seja, as barreiras naturais da América do Sul. Esse texto conclui que as “formidáveis barreiras” naturais tais como a Cordilheira dos Andes, a Selva Amazônica e a Bacia do Orinoco se destacam como os principais problemas para a integração física da região.

A onda de violência do Estado peruano contra os indígenas que resistiam na cidade de Bagua, ao norte do Peru é um repúdio à resistência dos povos ao avanço do modelo de desenvolvimento predatório. Assim, os debates que aconteceram durante os encontros da IV Cúpula foram importantes para fortalecer a organização dos indígenas nesse momento de violento conflito, como mostra o chamado da CAOI, de 05 de junho último:

*COORDINADORA ANDINA DE ORGANIZACIONES INDÍGENAS – CAOI
Bolivia, Ecuador, Perú, Colombia, Chile, Argentina*

Juicio Internacional a Alan García Pérez y su gobierno

Represión sangrienta en la Amazonía Peruana

Entre diez a veinte muertos. Urgente: plantones ante las embajadas peruanas en todos los países, en cumplimiento del acuerdo de la IV Cumbre Continental de Pueblos y Nacionalidades Indígenas del Abya Yala

El gobierno aprista de Alan García Pérez ha desatado una represión sangrienta en la Amazonía Peruana la madrugada de hoy. Las informaciones son confusas, no hay cifras oficiales, pero varían entre diez a veinte muertos en Bagua, zona de Corral

Quemado y Curva del Diablo. Nuevamente se pretende imponer la muerte sobre la vida, la masacre sobre el diálogo. Es la respuesta dictatorial luego de 56 días de lucha pacífica indígena y de supuestos diálogos y negociaciones, que terminan en las balas de siempre, las mismas de más de 500 años de opresión.

Hoy más que nunca es urgente cumplir el acuerdo de la IV Cumbre Continental de los Pueblos y Nacionalidades Indígenas del Abya Yala (Puno, Perú, 27 al 31 de mayo) y hacer efectiva nuestra solidaridad con los pueblos amazónicos peruanos, realizando plantones ante las embajadas del Perú en todos los países, todos los días, hasta que se detenga el baño de sangre y se deroguen los decretos legislativos del TLC con Estados Unidos. E impulsar el juicio internacional a Alan García Pérez y su gobierno, por su entreguismo y la represión: tiene una deuda de por lo menos diez muertos.

Esto ocurre horas después de que el Congreso de la República, en un abierto acto de provocación, decidiera postergar nuevamente el debate de la derogatoria de los decretos legislativos pro TLC que facilitan la invasión de territorios indígenas, mientras el Poder Ejecutivo enviaba nuevos numerosos contingentes policiales a la amazonía.

Llamamos a las organizaciones indígenas, movimientos sociales y organizaciones de derechos humanos de todo el mundo, a tomar acciones concretas: cartas al gobierno peruano, al Relator Especial de las Naciones Unidas para Pueblos Indígenas, a Amnistía Internacional, Survival International, a los Premios Nóbel de la Paz, Comisión Interamericana de Derechos Humanos, Organización Internacional del Trabajo (Convenio 169), para que envíen de inmediato misiones al Perú, para detener esta violencia y se respeten los derechos indígenas.

Los organismos de la ONU deben pronunciarse con firmeza, sumándose a la demanda planteada por la presidenta del Foro Permanente para Cuestiones Indígenas, Victoria Tauli, de levantar el estado de emergencia, no usar la represión y cumplir con las normas internacionales que garantizan el ejercicio de los derechos indígenas.

Hoy en Lima, todas las organizaciones del movimiento social peruano, articuladas en el Frente Comunitario por la Vida y la Soberanía, se movilizarán a las 5 de la tarde desde la Plaza Francia, exigiendo poner alto a la represión y derogar los decretos legislativos que afectan los derechos territoriales de los pueblos indígenas andinos y amazónicos y la soberanía nacional.

¡Basta de represión!

¡Derogatoria inmediata de los decretos legislativos anti-indígenas del TLC!

Lima, 05 de junio de 2009

Coordinación General CAOI

Segundo a declaração indígena, o motivo dos protestos propostos era exigir uma solução e a não repressão dos povos originários. “As organizações indígenas e camponesas do Peru acordamos um imediato levantamento nacional dos povos do Peru em junho de 2009 pela derrocada dos decretos anti-indígenas gerados pelo TLC com os EUA”. Ou seja, as resoluções da Cúpula estão diretamente relacionadas aos eventos que seguiram ao encontro.

Já na Cúpula, os participantes e delegados haviam concordado em enfrentar a criminalização dos protestos, da militarização, das bases estrangeiras, das desocupações forçadas e dos genocídios nas comunidades nativas. Assim, propuseram uma ampla mobilização pela anistia de líderes e dirigentes processados e encarcerados. O texto das conclusões prevê ainda respaldar e ampliar as denúncias apresentadas ante à Comissão Interamericana de Direitos Humanos e ao Comitê de Erradicação da Discriminação Racial da ONU.

Resoluções contra o governo de Alan García

Outro ponto previsto na resolução mais importante da cúpula foi impulsionar o julgamento internacional aos governos da Colômbia, Peru e Chile. O governo de Álvaro Uribe seria julgado por genocídio dos povos indígenas colombianos. O Estado chileno, pela aplicação da lei antiterrorista, pela perseguição e julgamento das demandas do povo mapuche, pelos crimes contra os líderes mapuches e pela militarização do território de Wallmapu.

No caso do presidente peruano Alan Garcia, a declaração propõe um processo pelo golpe legislativo dos 102 decretos pró-TLC (Tratados de Livre Comércio), que visavam privatizar os territórios indígenas e os mais de mil líderes perseguidos e processados. As resoluções da Cúpula anteciparam os acontecimentos das semanas que a seguiram, contra decretos aprovados pelo presidente Alan García que permitem a exploração privada de madeira e outros recursos naturais da região amazônica.

Para além do simples repúdio aos acordos e decretos que afetam territorialmente as populações indígenas, a resolução final rechaça os Tratados de Livre Comércio com os

EUA, Europa, Canadá, China e outros países com as economias quebradas da região, que funcionam como novos cadeados a submeterem os povos e o saqueio da mãe Terra.

O evento histórico em que foi redigido este documento contou com delegações convidadas da África, Estados Unidos, Canadá, Círculo Polar e outras partes do mundo, além de cerca de 500 observadores de diversos movimentos sociais.

Agenda de lutas

Neste sentido, foi decidido que os povos originários se unirão aos demais setores de luta na **Mobilização Global** que acontece na **semana entre 12 e 16 de outubro**. O mote desta semana será a defesa da Mãe Terra (Pachamama) e dos Povos, contra a mercantilização da vida (da terra, bosques, água, mares, agrocombustíveis, dívida externa), contra a contaminação da natureza (transnacionais extrativas, instituições financeiras internacionais, transgênicos, pesticidas e consumo tóxico) e a criminalização dos movimentos indígenas e sociais.

Outra iniciativa é a construção de um **Tribunal de Justiça Climática**, cujo objetivo será julgar as empresas transnacionais e governos cúmplices que depredam a natureza, saqueiam seus bens naturais e deixam vulneráveis os direitos. A ideia é que este seja o primeiro passo em direção a uma Corte Internacional de Crimes Ambientais.

Nesta mesma direção, vem a iniciativa de organizar, durante a Convenção de Mudanças Climáticas de Copenhague, em dezembro de 2009, uma **Cúpula Alternativa em Defesa da Pachamama** (Mãe Terra) para pressionar por medidas efetivas frente ao caos climático.

O **Fórum Temático Crise de Civilização, Bem Viver, Descolonialidade e Paradigmas Alternativos** que acontecerá na cidade de Cuzco, Peru entre os dias 26 e 28 de março de 2010 será o espaço para aprofundar o debate e a organização das lutas referentes a modelos alternativos que possam responder à crise da civilização capitalista.

Outros acordos importantes:

- O encontro estabeleceu a realização da V Cúpula Continental de Povos Indígenas

do Abya Yala em 2011, em Qollasuyu, Bolívia.

- Construir a Coordenação de Povos e Nacionalidades Indígenas de Abya Yala, para dar continuidade ao processo de construção desde a base, constituindo comissões de mulheres, adolescentes, crianças, jovens e comunicadores indígenas, em especial na articulação regional norte-americana.
- Fortalecer seus sistemas de educação intercultural bilíngue e de saúde indígena.
- Respaldar a luta dos povos do mundo contra os poderes imperiais, o que inclui o fim do bloqueio a Cuba, a saída de Israel de territórios palestinos, os direitos coletivos dos povos Masai, Masai, Mohawk, Shoshoni, Same, Curdo, Catalão, Basco entre outros.
- Realização da I Cúpula de Comunicação Indígena em 2011, em Cauca, Colômbia
- Realização, em 2011, no marco da V Cúpula Continental de Povos Indígenas de Abya Yala, da I Cúpula Indígena da Água; Cúpula de Comunicadores Indígenas e da II Cúpula Continental de Mulheres Indígenas

OBS: Sobre presença brasileira– As informações que tivemos é de que a presença brasileira foi muito fraca e é sempre a maior decepção das Cúpulas Indígenas. Nos disseram que estiveram presentes cerca de 5 representantes mulheres de etnias indígenas brasileiras e apenas 2 homens. O movimento indígena brasileiro é muito desarticulado e, ao que parece, quase completamente cooptado, seja pelo governo, seja por empresas ou mesmo pela influência da igreja católica. Mas nós não tivemos contato com esses participantes. Segundo lideranças da CAOI, o processo da IIRSA e das lutas que se formam contra ela vem aglutinando forças e tem capacidade de mobilizar as comunidades brasileiras, em especial na região da amazônia. Além de ONGs e redes do Brasil, estavam presentes também sete militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que fazem um curso de formação na cidade de Cochabamba, na Bolívia.

I Cúpula de Mulheres Indígenas de Abya Yala

Sem dúvida, um dos eventos que mais despertou entusiasmo entre os participantes da IV Cúpula Continental de 2009 foi a I Cúpula de Mulheres Indígenas de Abya Yala, que abriu os debates em Puno. A organização geral esperava que cerca de mil pessoas participassem desta atividade específica. No entanto, chegaram à cidade às margens do

Lago Titicaca pouco mais que o dobro de mulheres indígenas. A organização não pagou passagem para nenhuma participante, apenas para algumas poucas palestrantes. Além da impressionante organização, nos dois dias de debates (27 e 28 de maio), essas mulheres mostraram que o espaço que querem ocupar não é pequeno e que a política pela qual lutam é bastante afirmativa e exalta com qualidade de discurso o papel fundamental da mulher, em especial da mulher indígena, na reformulação do Estado, na reconstrução de uma subjetividade descolonizada e na construção da sociedade do Bem Viver.

“Siendo las mujeres portadoras, trasmisoras de la identidad, generadoras y criadoras de la vida, ejes de las familias y la sociedad en complementariedad con los varones, unimos nuestros vientres al vientre de la madre tierra para parir los nuevos tiempos, en la que en diversos países de Latinoamérica millones de empobrecidos por el sistema Neoliberal levantan su voz para decir BASTA a la opresión, explotación y saqueo de nuestras riquezas, por lo que nos unimos a las luchas libertarias que han sido desplegadas a lo largo y ancho de nuestro continente.

Con el propósito de buscar alternativas para eliminar la injusticia, la discriminación y la violencia contra las mujeres, el machismo y volver a las formas de respeto mutuo y armónico en la vida planetaria, nos congregamos en esta Cumbre y unimos nuestros corazones, nuestras mentes, nuestras manos y nuestros vientres.”

(Resolução da I Cúpula de Mulheres Indígenas de Abya Yala)

Os eixos temáticos desta Cúpula eram: Cosmovisão e Identidade (importância do papel da mulher na construção da cosmovisão e da identidade); direitos das mulheres no marco dos direitos coletivos (participação em espaços de tomadas de decisões, estratégias e mecanismos para fortalecer a participação política da mulher); modelo de desenvolvimento e impacto da globalização do ponto de vista das mulheres (mulheres e , território, mulheres e migração, mulheres e biodiversidade, soberania alimentar); mulher, violência, discriminação e racismo; e, por fim, comunicação.

(Ver Anexo 1, com resoluções sobre cada um dos temas)

As mulheres ressaltavam frequentemente a importância de passarem do discurso à prática dos valores cosmogônicos (igualdade, equilíbrio, harmonia, reciprocidade e complementaridade), seja no âmbito pessoal, familiar, comunitário ou nas organizações de luta. E era possível notar essa prática mesmo durante a IV Cúpula Continental, após a

Cúpula de mulheres. Em especial para quem está acostumada com os espaços políticos latino-americanos, em que impera a presença masculina, as mulheres pareciam maioria (não eram, mas, pareciam), sendo que muitas delas apresentavam os resultados de plenárias e grupos de trabalho, tendo forte presença nos momentos de fala, coisa rara em espaços políticos aos quais estamos acostumadas.

Mesmo tendo conquistado espaço, as mulheres indígenas exigem condições para que possam ter participação plena nos níveis político, econômico, social, cultural nos espaços de tomadas de decisão.

Fica claro também o caráter afirmativo das ações das mulheres indígenas. A importância da participação feminina na construção do poder cosmogônico ou dos estados plurinacionais, que têm como preceito o respeito à diversidade e que são eixos centrais para o debate político de conjunto dos povos originários mostra o papel central que a mulher vem adquirindo no debate político de construções de alternativas.

No debate colocado pelas mulheres indígenas, a equidade de gênero é pauta rara. Para elas, essa é uma questão colocada pelo neoliberalismo. Segundo elas, a especificidade do debate indígena em relação ao “feminismo ocidental” está na descolonização e desneoliberalização do gênero, e mesmo do que é a chamada equidade de gênero, convertendo esse conceito àquele pregado nas comunidades originárias, de complementariedade horizontal e não vertical. Foi muito citada uma diferenciação com o feminismo ocidental, que busca reconhecimento dos direitos individuais e não coletivos, dos direitos burgueses e liberais da Revolução Francesa. Nesses espaços, a aplicação do termo “feminismo” tem como pressuposto uma perspectiva eurocêntrica.

Críticas

Apesar da forte presença feminina, da sua organização e dos muitos aspectos positivos da Cúpula, havia também críticas em relação à posição mais conservadora entre as mulheres. O discurso da importância do “papel da mulher”, de “geradora da vida” não era assumido por todas as participantes do evento, que diziam inclusive que era necessária uma mudança de postura e paradigma das indígenas nesse sentido.

As principais críticas vão no sentido de que os debates têm como ponto de partida o “indigenismo”, cuja principal contradição é a relação colônia X povos originários, e essas não são categorias suficientes para analisar o que significam as diversas identidades das

mulheres indígenas, que são bastante distintas, do ponto de vista daquelas que fazem a crítica.

II Encontro Continental de Crianças e Jovens Originários de Abya Yala

(Fonte: Adital – www.adital.com.br)

Nos dias 28 e 29 de maio, a jovens e crianças também se reuniram em Puno, *no II Encontro Continental de Crianças e Jovens Originários de Abya Yala*. No documento final, os participantes falam sobre como a juventude recebe os efeitos do sistema capitalista que os afeta na educação, saúde, políticas públicas e demais esferas.

Nas pautas de reivindicação esclareceram que crianças e jovens continuam sendo desrespeitados em seus plenos direitos e que isto compromete sua formação adulta.

"O sistema capitalista oprime e degenera jovens, homens e mulheres com realidades que se vivem como a migração, exploração sexual, exploração trabalhista nas propriedades, minas e outros. É insustentável seguir vivendo sob este sistema explorador que não oferece nenhum futuro para os jovens nem muito menos para as futuras gerações", afirmam.

O comunicado trata, ainda, do racismo que sofre a população originária. Em muitos países, a questão espiritual dos indígenas não é respeitada e os obrigam a seguir religiões que não condizem com o conteúdo da ancestralidade que levam consigo.

Em relação aos sistemas educativos e da saúde originária, os jovens pensam que as práticas impostas pelo sistema capitalista também não são adequadas as suas cosmovisões nem responde as suas necessidades. "Faz-se urgente orientar nossa visão até a descolonização do saber e a revalorização de nossas formas ancestrais de transmissão do 'cosmocimento'", afirmam

Dessa maneira, acreditam que "os estados devem reconhecer e aplicar como política pública, saúde, educação desde nossas cosmovisões milenares ancestrais herdadas por nossos avôs e avós" e exigem o respeito de seus territórios ancestrais, assim como dos elementos da Pachamama.

Ademais, condenam e repudiam "os abusos que vêm sofrendo os povos originários da Amazônia do Peru e demais povos originários de Abya Yala por meio do despojo de seus bens naturais" e demandam aos estados que reconheçam, ratifiquem e apliquem o convenio 169 da OIT, modificando o artigo 15, e a "declaração universal dos direitos dos povos indígenas" da ONU, em especial todo o referido da consulta prévia e informada.

Também, o comunicado chama a juventude originária a criar escolas de formação política, ideológica e técnica para os jovens e a assumir o compromisso de realizar campanhas de informação sobre o sistema capitalista.

Por fim, os participantes ainda afirmam que vão participar da mobilização continental para 12 de outubro pela defesa de Pachamama e que vão realizar o II Encontro Continental da Juventude Originária de Abya Yala, na ocasião da V Cúpula Continental dos Povos e Nacionalidades Indígenas de Abya Yala.

REUNIÃO 01 de junho - Fórum Social Mundial Temático

Crise de Civilização, Bem Viver, Descolonialidade e Paradigmas Alternativos

Acontecerá em Cuzco, de 26 a 28 de março de 2010, um capítulo do Forum Social Mundial, o Fórum temático sobre Crise de Civilização, Bem Viver, Descolonialidade e Paradigmas Alternativos.

Este evento tem como objetivo fazer o debate sobre alternativas ao modelo de civilização amplamente adotado pela humanidade, com vistas a buscar respostas para a crise de civilização que estamos vivendo, em direção à qual convergem a crise ambiental, a crise econômica e a crise de valores da sociedade capitalista.

Dado o avançado debate sobre alternativas que vem sendo tocado pelo movimento indígena de Abya Yala, onde temas como o Bem Viver, a descolonialidade do poder, dos saberes e da subjetividade e os Estados Plurinacionais, baseados na idéia de respeito à diversidade vêm sendo tratados cada vez menos como teorias folclorizadas e mais como a única saída possível para a humanidade frente à hecatombe ambiental, a CAOI (Coordinadora Andina de Organizações Indígenas) será a coordenadora dos trabalhos desse evento.

Mas o objetivo claro é ampliar o diálogo e fazer o debate sobre paradigmas alternativos com outros setores, tanto do campo como da cidade, sejam sindicatos ou outros

movimentos sociais. Inclusive, a busca de interlocutores fora do movimento indígena e das organizações já envolvidas no processo (como é o caso da Rede de Povos sem Estado, que inclui palestinos, bascos, catalães, mapuches e outros povos, de diversos continentes) é uma das tarefas que antecede o momento do evento.

Em contraposição aos Fóruns Sociais Mundiais, o Fórum temático tem um objetivo pré-estabelecido articular e aprofundar as propostas de alternativas que vêm sendo debatidas pelos diversos setores de luta, redefinindo e estabelecendo novas bandeiras globais. Assim, na primeira reunião ampla do Fórum Temático, que aconteceu na sequência da IV Cúpula Continental de Povos Indígenas de Abya Yala, no dia 01 de junho, em Puno, Peru, foram tirados os seguintes como objetivos desse evento:

- ✓ Aprofundamento do debate sobre a crise de civilizações, seus impactos e alternativas
- ✓ Intercâmbio de experiências sociais concretas entre os diversos setores de luta que se integrem ao processo
- ✓ Organização do processo pós-fórum, para que o momento do evento seja de encontro e articulação com o intuito de fortalecer as lutas regionais a partir da unidade global

Os eixos temáticos tirados nesse primeiro momento, em torno do qual já foram montadas comissões para darem início ao debate são:

- ✓ Crise da civilização ocidental capitalista /Crise Ambiental, Política, Econômica...
- ✓ Descolonialidade do poder /Estados Plurinacionais /Livre-auto-determinação
- ✓ Desmercantilização da Vida / Bens comuns da humanidade
- ✓ Descolonialidade da Subjetividade e do Saber /Cosmovisão

Outra proposta tirada da reunião do dia 01 de junho foi a de articulação do processo do Fórum Temático com a agenda de lutas deste ano. Ficaram como eventos prioritários para esta articulação:

- ✓ Mobilização Global, na semana de 12 a 18 de outubro, em defesa da Mãe Terra e dos Povos, contra a mercantilização da vida, a poluição e a criminalização social
- ✓ Dia da Pachamama, 12 de outubro (dia da chegada dos europeus ao continente, início do processo de colonização)
- ✓ Campanha por um Tribunal de Justiça Climática
- ✓ Conferência paralela à Conferência Climática COP 15 (Copenhague), que acontece entre os dias 07 e 18 de dezembro deste ano

Além disso, saíram da reunião outras iniciativas a serem tomadas pelos comitês organizadores, como uma convocatória de caráter global e a divisão de trabalho que ficou definida da seguinte forma:

COMISSÕES TÉCNICAS

Financiamento: CAOI (responsável), Forum Social Panamazônico, CEADESC, Puente entre Culturas, SAL, Waqib Kej, Carlos Torres (ASC), IBASE

Metodologia: Carmen Blanco e Katu (responsáveis), CEADESC, Puente Entre Culturas, CONACAMI, Waqib Kej

Comunicação: Epidemia (responsável), CEADESC, CONACAMI, Waqib Kej

COMISSÕES POLÍTICAS

Crise da civilização ocidental capitalista /Crise Ambiental, Política, Econômica...:

Fundacion Solon (coordenadora), Agusti Nicolau, Jubileo Sur, Waqib Kej

Descolonialidade do poder /Estados Plurinacionais /Livre-auto-determinação:

CEADESC (coordenadora), Red Mundial por los Derechos Colectivos de los Pueblos, CONACAMI, Foro Social Panamazonico, Waqib Kej

Desmercantilização da Vida / Bens comuns da humanidade: Puente entre Culturas

(coordenadora), SOLON, AIDSESP, CIAL, Waqib Kej, Epidemia

Descolonialidade da Subjetividade e do Saber /Cosmovisão: Curro Velho

(coordenador), Waqib Kej, Rita Segatti, Carlos Torres, SAL